

BANKING SUMMIT 2020

30 JANEIRO 2020

1 – A evolução da banca portuguesa na última década

O nosso setor bancário mudou muitíssimo depois da crise financeira global e, em especial, da crise da dívida soberana.

No pós-crise, o enquadramento regulatório e de supervisão alterou-se profundamente e os bancos realizaram significativas transformações e reestruturações.

Os balanços apresentam, hoje, muito maior qualidade. Foi realizada uma intensa desalavancagem, que conduziu a elevados níveis de liquidez. A redução de NPL tem sido consistente, apesar de também cara.

A base de capital é muito mais forte, o que se traduz numa maior capacidade para absorver choques.

Outra das grandes alterações que ocorreram situa-se a nível da estrutura acionista do sistema.

No passado, antes e depois da nacionalização da banca de 1975, os bancos privados eram largamente detidos por grupos empresariais, por empresários e famílias portuguesas.

A nível dos bancos de maior dimensão, não subsiste nenhum com essas características. Uns já não existem, outros passaram a ter outros acionistas. Os bancos privados de maior dimensão têm agora maioria de capital estrangeiro.

Do ponto de vista da conta de exploração, as instituições estão mais eficientes e mais rentáveis, embora a rentabilidade se encontre abaixo do custo de capital.

Ao mesmo tempo, os seus modelos de negócio e a sua estrutura operacional têm-se vindo a ajustar às novas realidades e os requisitos de *governance* têm sido muito aprofundados e reforçados.

As práticas de gestão do risco apresentam maior tecnicidade, rigor e acrescida prudência. Outras funções, como AML, *compliance*, auditoria, segurança digital, tratamento e proteção de dados têm vindo a desenvolver-se significativamente.

A inovação tecnológica, em particular a digital, tem vindo a transformar muitas das funções bancárias, em benefício dos clientes e da eficiência operacional.

Não obstante os enormes progressos levados a cabo, o sector ainda não recuperou do choque reputacional que o abalou. A perda de imagem, provocada por alguns, acabou por ferir a banca no seu conjunto.

Em conclusão, a banca atualmente é muito diferente e há que reconhecer que está melhor num largo número de aspetos do que a que existia antes de 2010.

2 - Os grandes desafios que a banca enfrenta

Os progressos alcançados não nos permitem, contudo, descansar. Os bancos enfrentam ainda desafios de monta, destacando-se os seguintes:

- um modelo de negócio tradicional, assente na margem financeira, que se encontra extremamente pressionado fruto da atual política monetária;
- a necessidade de dar resposta à transformação digital, às novas exigências dos clientes, à pressão dos novos concorrentes e às preocupações emergentes em torno da sustentabilidade;
- a aposta no reforço da eficiência operacional, na requalificação dos recursos humanos e na atração de novo talento;
- o desenvolvimento de uma cultura centrada na responsabilidade social, na ética e nas boas práticas;
- o cumprimento do quadro regulatório, numa União Bancária ainda incompleta, não totalmente harmonizada e distante do objetivo do *level playing field* que se pretende.

Pela importância que tem designadamente para a estabilidade financeira, gostaria de me centrar nas questões relacionadas com a rentabilidade, condição essencial para a geração orgânica de capital e da robustez de uma instituição.

O desafio da rentabilidade é transversal a toda a banca europeia e depende, naturalmente, de atuações ao nível dos proveitos e dos custos.

Do lado dos proveitos, os bancos portugueses defrontam-se com condicionantes que agravam a pressão sobre a margem financeira decorrente do contexto de baixas taxas de juro:

- (i) - Uma procura (solvente) bastante inferior à capacidade de oferta;
- (ii) - pressão sobre as comissões bancárias, proveniente de argumentos, muitas vezes relacionados com uma (alegada) necessidade de assegurar a defesa dos consumidores ou com a convicção de que os serviços bancários são serviços públicos gratuitos.
- (iii) - constrangimentos legais e regulamentares que são especificidades nacionais, que, conjugados com a deficiente proporcionalidade dos requisitos definidos a nível europeu, penalizam e criam desvantagens competitivas aos nossos bancos, como a proibição de cobrança de comissões nas operações em Multibanco, a proibição de aplicação de taxas

de juro negativas nos depósitos, ou as contribuições para o Fundo de Resolução Nacional.

Do lado dos custos, apesar da forte redução a que temos assistido nos últimos anos – o rácio Cost-to-income encontra-se cerca de dez pontos abaixo da média da Área Euro – há ainda margem para melhorar a eficiência operacional. Este caminho é, no entanto, dificultado pelos custos acrescidos que o sistema enfrenta para responder às exigências regulatórias de supervisão e de resolução, para suportar as reestruturações em curso, para reforçar a formação e requalificação dos empregados, para realizar os investimentos em digitalização e modernização necessários.

Temos, pois, um contexto cheio de novos e velhos desafios para um sector essencial ao desenvolvimento do país.

3 – A importância do sector bancário

Recordo os aspetos fundacionais do sistema bancário:

As grandes missões dos bancos são captar a poupança, financiar a economia e os cidadãos e proporcionar um sistema de pagamentos eficaz e seguro, assentes em três pilares: o dever fiduciário, a gestão do risco e a responsabilidade social.

Na Europa, mais de 70% das necessidades de financiamento das empresas são asseguradas pelo sistema bancário.

No caso concreto do nosso país, essa dependência tem sido, ao longo das últimas décadas, ainda maior.

Aos bancos compete, por um lado, ir suprimindo e complementando escassez de capital privado, por outro, procurar atender às políticas públicas vigentes e às características da economia portuguesa.

Alguns exemplos óbvios: o crédito à habitação para compensar o débil mercado de arrendamento, o apoio financeiro a muitas PME (e aos respetivos empregos) que doutra forma não resistiriam, o financiamento a infraestruturas, complementando o investimento público, que tem permitido a modernização do país.

Os bancos foram, são e continuarão a ser essenciais para o crescimento económico e o desenvolvimento do país.

É por demais evidente que a satisfação das aspirações dos cidadãos, do seu bem-estar e prosperidade, só é possível por uma via: a da criação de mais riqueza, de forma sustentável, o que exige investimento, capital e recursos humanos e requer, em absoluto, a presença dos bancos.

4 – Que banca queremos para Portugal?

Entendemos, por isso, que é importante refletir sobre o tema que nos trouxe a esta conferência: “Que banca queremos para Portugal?”

A resposta óbvia e consensual é: a banca deve ser robusta, moderna, eficiente, ética e confiável para cumprir cabalmente as suas missões fundamentais.

É esse, empenhadamente, o objetivo dos bancos, que tendo melhorado imenso nos últimos anos, terão de continuar a trabalhar para melhorar a sua eficiência e merecer a confiança dos seus clientes e da sociedade em geral.

Mas não menos importante é a atuação do poder político e das diferentes Autoridades regulatórias e de supervisão, nacionais e europeias, para garantir o fortalecimento das instituições e, conseqüentemente, a estabilidade financeira. Parte da sua ação deverá igualmente ser focada na finalização da União Económica e Monetária e da União Bancária e na concretização de um efetivo *level playing field* europeu.

Em suma: Aos bancos compete serem muito efetivos e eficazes no exercício das suas funções, aos reguladores proporcionar o enquadramento legal e regulamentar apropriado.

Que banca queremos, então, para Portugal?

Atualmente observam-se várias situações que revelam inconsistências com o grande objetivo final pretendido: uma banca sólida e eficiente.

A título de exemplo:

1) - Por um lado, pretende-se uma banca rentável, capaz de atrair capital, por forma a exercer cabalmente as suas missões, mas, por outro, tal é dificultado pela atual política monetária, por uma regulação e supervisão que muitos já reconhecem ser excessiva e por condicionalismos nacionais, que não se colocam aos restantes players.

2) - Por um lado, temos uma política monetária de cariz expansionista, mas por outro temos uma regulação e uma supervisão que induzem uma política de risco restritiva e fortes exigências de consumo de capital.

3) - Por um lado quer-se uma banca rentável, geradora de capital orgânico, por outro contesta-se o aumento das comissões bancárias e critica-se o encerramento de balcões e redução de efetivos.

4) - Por um lado, pretende-se uma banca eficiente e ágil, capaz de competir com os novos operadores, Fintech, BigTech e outros, por outro não se asseguram condições de sã e leal

concorrência nomeadamente em termos de quadro regulatório e de supervisão.

5) - Por um lado, exige-se que os bancos apliquem juros negativos no crédito, por outro proíbe-se que o façam nos depósitos.

6) - E continuamos algumas vezes a ouvir que a banca concede pouco crédito às empresas porque é avessa ao risco, mas se a banca aumenta o financiamento é acusada de má gestão e de facilitismo.

7) - No fundo, como poderemos criar condições para que os bancos sejam capazes de atrair capital, fator essencial para o desenvolvimento da sua atividade? Não é de aprofundar a importância do papel da banca numa estratégia de defesa dos interesses da Europa? E dos nacionais?

São estas algumas das questões que irão ser abordadas nesta conferência, com a certeza de que muitas não terão ainda resposta e de que esta é uma reflexão que terá que continuar.